



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.^a SL

Aos 06 dias do mês de junho de 2017, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição ao Deputado ao Parlamento Europeu, Pedro Silva Pereira, sobre a distribuição de lugares no Parlamento Europeu.

II PARTE

1. Informações.

2. Grupo de Trabalho - Escrutínio das Iniciativas Europeias: propostas de deliberações.

3. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) "Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que visa atribuir às autoridades da concorrência dos Estados-Membros competências para aplicarem a lei de forma mais eficaz e garantir o bom funcionamento do mercado interno" - COM(2017)142.

Deputada autora do parecer: Isabel Pires (BE)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - prazo para envio: 19/06/2017

b) "COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Plano de Ação Europeu no Domínio da Defesa" - COM(2016)950, objeto de relatório da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e da Comissão de Defesa Nacional.

Deputado autor do parecer: Vitalino Canas (PS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.^a SL

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio

4. Nomeação de Deputados Autores de Pareceres, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) "DOCUMENTO DE REFLEXÃO SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL DA EUROPA" - COM(2017)206 + "COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Estabelecer um Pilar Europeu dos Direitos Sociais" - COM(2017)250 + "COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES UMA INICIATIVA EM PROL DA CONCILIAÇÃO DA VIDA PROFISSIONAL E FAMILIAR DE PROGENITORES E CUIDADORES" - COM(2017)252 + "Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar dos progenitores e cuidadores e que revoga a Diretiva 2010/18/UE do Conselho" - COM(2017)253, sinalizadas à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e à Comissão de Trabalho e Segurança Social.

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PS

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - prazo para envio: 28/06/2017

b) "Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à criação de um Portal Digital Único para a prestação de informação, procedimentos, serviços de assistência e de resolução de problemas, e que altera o Regulamento (UE) n.º 1024/2012" - COM(2017)256 + "Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece as condições e o procedimento que permitem à Comissão solicitar às empresas e associações de empresas a prestação de informações relacionadas com o mercado interno e domínios conexos" - COM(2017)257, sinalizadas à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.ª SL

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PSD

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - prazo para envio: 18/07/2017

c) "Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 no que diz respeito à obrigação de compensação, à suspensão da obrigação de compensação, aos requisitos de comunicação de informações, às técnicas de atenuação do risco para os contratos de derivados OTC não compensados através de uma contraparte central, ao registo e supervisão dos repositórios de transações e aos requisitos aplicáveis aos repositórios de transações" - COM(2017)208, sinalizada à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa.

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PS

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - prazo para envio: 19/07/2017

5. Discussão do PJR n.º 766/XIII/2 - Regiões Ultraperiféricas (PSD).

6. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD relativo ao "Atraso na transposição de Diretivas - Comissão Europeia instaura ações judiciais contra Portugal por incumprimento das obrigações que lhes são impostas pelo direito da União Europeia."

7. Aprovação e votação das atas n.º 103, de 9 de maio, n.º 105, de 16 de maio, n.º 106, de 23 de maio e n.º 107, de 24 de maio.

8. Outros assuntos.

I PARTE

Audição ao Deputado ao Parlamento Europeu, Pedro Silva Pereira, sobre a distribuição de lugares no Parlamento Europeu.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.^a SL

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Regina Bastos, deu as boas vindas ao Senhor Deputado ao Parlamento Europeu (PE), apresentando o tema em discussão e fazendo um breve enquadramento.

O Senhor Deputado ao PE agradeceu o convite e saudou a Comissão de Assuntos Europeus pela prática de contacto regular com os Deputados ao PE. Focou-se de seguida no tema central desta audição, referindo-se ao processo de recomposição do Parlamento Europeu e à sua atividade como Vice-Presidente da Comissão AFCO, Comissão encarregue do Brexit, bem como da partilha como relator deste relatório com a Presidente da Comissão, Danuta Hübner.

Referiu-se ainda ao papel dos relatores sombra, tendo em conta a sua atividade na Comissão ECON, bem como na Comissão INTA, na qual a primeira prioridade da agenda comercial é o acordo comercial UE-Japão, do qual é relator permanente.

Teceu considerações sobre o TTIP, dando nota da disponibilidade do Secretário do Comércio dos Estados Unidos da América para negociar o acordo.

No que se refere à distribuição de lugares no Parlamento Europeu, deu conta do não cumprimento da proporcionalidade degressiva, dos dois princípios que devem ser respeitados e da solução politicamente viável que existe.

Mencionou o acordo provisório sobre a composição do PE, cuja proposta definitiva deveria surgir em 2016 e que se encontra travada pelo Brexit e a apresentação do relatório em causa até julho, recordando que o mesmo deve ser aprovado no Conselho por unanimidade.

Aludiu ao que se procura com este relatório: um sistema justo, permanente, transparente, uma fórmula que se aplique sempre e não em função das circunstâncias políticas.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.^a SL

Salientou que existem diversos métodos para concretizar a proporcionalidade degressiva mas não existe uma tendência no PE para acolher um deles, referindo que a decisão nesta sede é política, independentemente do método matemático a aplicar.

Em traços gerais, focou que a Alemanha nada espera porque já tem o número máximo de membros, outros Estados mais pequenos têm o número mínimo, mesmo sem população que o justifique, pelo que são os Estados médios que se consideram prejudicados.

Referiu-se ainda a um método que reflete um sistema misto, metade proporcional e metade degressivo, que será adaptado face à questão do Brexit.

Relativamente às implicações deste processo para Portugal, recordou que em 2013 Portugal perdeu um deputado, mas podia ter perdido 2, e que tem uma luta difícil para conseguir uma solução favorável aos seus interesses, sendo um Estado alvo nesta recomposição.

Destacou duas questões pertinentes: a primeira relacionada com o sistema de votação no Conselho e a forma como este influencia o processo de discussão sobre o PE, nomeadamente porque a alteração do sistema de voto no Conselho implica uma alteração dos Tratados, contando com a objeção política de vários Estados por uma questão de equilíbrio institucional; a segunda relativa aos lugares vagos com a saída do Reino Unido da União Europeia, deixando em aberto a questão de eliminação ou redistribuição dos lugares. No caso de eliminação, salientou que esta é prejudicial para as minorias, não estando ainda estabelecida uma solução mas prevê-se que possa haver uma redução até ao limite que permite que nenhum Estado perca deputados.

Terminou referindo que o Brexit tem outras implicações neste processo, particularmente no que diz respeito ao calendário, uma vez que as legislações nacionais devem ser alteradas antes das eleições de 2019, pelo que no final de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.^a SL

2018 todo o processo deve estar concluído e nessa altura pode ainda não haver segurança quanto à saída do Reino Unido.

Na primeira e única ronda de questões intervieram os Senhores Deputados:

Carlos Costa Neves (PSD), agradecendo a presença do Senhor Deputado ao PE, frisando que a recomposição do PE é uma recomposição de poder e que Portugal não pode crescer mais sendo possível aproveitar a margem deixada pelo Reino Unido, uma vez que os Estados médios são os que têm maior margem de perda. Colocou ainda questões sobre um possível compromisso entre deputados portugueses e entre Estados médios, sobre a necessidade de unanimidade no Conselho e a probabilidade de este sistema permitir que se criem sempre soluções provisórias e não permanentes, bem como de que forma pode o Brexit contribuir nestes termos. Perguntou como será possível cumprir o calendário apertado sem que as negociações do Brexit tenham ainda algo assente, destacando que a posição de Portugal neste tema é importante. Referiu-se também às contas apresentadas sobre a saída do Reino Unido, questionando se os valores são reais e as contas viáveis, nos termos da resolução bancária, se há soluções para o mal parado e ainda se, relativamente aos acordos comerciais, há receio quanto às aprovações nos Parlamentos nacionais e se deve ser aproveitada a oportunidade relativa ao TTIP.

Vitalino Canas (PS), referindo o acordo de comércio livre com o Japão e questionando se este tem a mesma dimensão que o acordo com o Canadá; a surpresa quanto à posição dos Estados Unidos da América sobre o TTIP; as dificuldades na recomposição do PE pela necessidade de criar um sistema definitivo e compreensível pelos cidadãos, um sistema que resolva o incumprimento do n.º 2 do artigo 14.º do Tratado; pergunta se há algum modelo que não prejudique os Estados médios, recordando que o Brexit pode ter um efeito positivo, desbloqueando a questão. Ainda relativamente ao interesse nacional, aludiu à ligação às questões do Conselho, alteração de Tratados para



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.ª SL

resolver a situação e à garantia de não perda integral dos lugares deixados pelo Reino Unido.

Pedro Mota Soares (CDS-PP), mencionando a importância geoestratégica do acordo com o Japão, a necessidade de não parar o TTIP, aproveitando-se para demonstrar a importância da abertura comercial, e o Brexit como um enfraquecimento do projeto europeu. Colocou três questões relativas à possibilidade de encontrar uma união entre os Estados de média dimensão no que se refere à distribuição de lugares no PE, focando que esta é uma decisão eminentemente política que caso contrário resultaria num défice democrático; ao conhecimento da posição do Governo sobre este tema e ainda à hipótese de distribuição parcial, garantindo que os Estados não perdem deputados mas que se corrigem distorções efetivas que acontecem no princípio já estabelecido, perguntando qual a solução mais razoável no final deste processo.

O Senhor Deputado ao Parlamento Europeu respondeu às questões de forma individualizada.

II PARTE

1. Informações.

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Regina Bastos, iniciou a reunião prestando aos Senhores Deputados as seguintes informações:

- Na próxima 6ª pelas 9 horas teremos oportunidade de ouvir a Secretária-Geral do Serviço Europeu de Ação Externa, a Senhora Helga Schmid, aproveitando a sua breve passagem por Lisboa. Será uma audição conjunta com a 2.ª Comissão.

- Recebemos indicação da recondução do membro português do Tribunal de Contas Europeu, João Figueiredo. Nos termos da lei, é necessário



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.^a SL

proceder à sua audição na nossa Comissão, tendo a mesma sido agendada para o dia 27 de junho.

Recordou que no mesmo dia teremos audição da Senhora Secretária de Estados dos Assuntos Europeus pós-Conselho Europeu, às 15h, à qual se seguirá então a audição do Juiz João Figueiredo.

- O Presidente da Comissão Executiva da Estrutura de Missão “Portugal In”, Dr. Bernardo Trindade, está disponível para reunir com a CAE no dia 11 de julho.

Assim, teremos também duas audições no dia 11 de julho: audição do Senhor Embaixador João de Vallera às 15h, seguida da audição do Dr. Bernardo Trindade, ambas sobre o Brexit.

- Uma vez que não foi agendado para Reunião Plenária o debate com o Membro do Governo antes do Conselho Europeu de 22 e 23 de junho, foi solicitado que o mesmo se realizasse na CAE no dia 14 de junho, próxima quarta-feira de manhã. Estamos a aguardar confirmação da SEAP.
- Damos ainda conta do agendamento conjunto, para a REUNIÃO PLENÁRIA do dia 7 de julho (SEXTA-FEIRA) às 10:00 HORAS, dos seguintes debates solicitados pela CAE:
Debate com a presença do Governo sobre os instrumentos de governação económica, o relatório anual enviado pelo Governo «Portugal na União Europeia – 2016» e as prioridades da Presidência da Estónia.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.^a SL

2. Grupo de Trabalho - Escrutínio das Iniciativas Europeias: propostas de deliberações.

O Senhor Deputado Duarte Marques apresentou, em substituição do Coordenador do Grupo de Trabalho, Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias, as seguintes propostas de deliberação:

- Sinalização da iniciativa COM(2017)271 - Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à mobilização do Instrumento de Flexibilidade para financiar medidas orçamentais imediatas a fim de fazer face aos atuais desafios da migração, da afluência de refugiados e das ameaças à segurança à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, à Comissão de Defesa Nacional e à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa;

- Sinalização da iniciativa COM(2017)278 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/22/CE no que diz respeito aos requisitos de execução e estabelece regras específicas no que se refere à Diretiva 96/71/CE e à Diretiva 2014/67/UE para o destacamento de condutores do setor do transporte rodoviário e COM(2017)277 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 561/2006 no que diz respeito aos requisitos mínimos em matéria de tempos de condução diário e semanal máximos, pausas mínimas e períodos de repouso diário e semanal e o Regulamento (UE) n.º 165/2014 no que diz respeito ao posicionamento por meio de tacógrafos à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e à Comissão de Trabalho e Segurança Social;

- Sinalização da iniciativa COM(2017)276 - Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 1999/62/CE, relativa à aplicação de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.^a SL

imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização de certas infraestruturas, no que respeita a certas disposições em matéria de impostos sobre veículos à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa;

- Sinalização da iniciativa COM(2017)245 - Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1387/2013 que suspende os direitos autónomos da pauta aduaneira comum para certos produtos agrícolas e industriais e COM(2017)244 - Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1388/2013 relativo à abertura e ao modo de gestão de contingentes pautais autónomos da União para determinados produtos agrícolas e industriais à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e à Comissão de Agricultura e Mar;
- Sinalização da iniciativa COM(2017)530 - Recomendação de DECISÃO DO CONSELHO que revoga a Decisão 2010/288/UE sobre a existência de um défice excessivo em Portugal e COM(2017)521 - Recomendação de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa ao Programa Nacional de Reformas de Portugal para 2017 e que formula um parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade de Portugal para 2017 à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa;
- Sinalização da iniciativa COM(2017)240 - DOCUMENTO DE REFLEXÃO CONTROLAR A GLOBALIZAÇÃO à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas;
- Sinalização da iniciativa COM(2017)228 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a revisão intercalar relativa à aplicação da Estratégia



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.^a SL

para o Mercado Único Digital à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Deu ainda nota da remissão para informação às comissões competentes em razão da matéria das seguintes iniciativas:

- COM(2017)283 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES A EUROPA EM MOVIMENTO Uma agenda para uma transição socialmente justa para uma mobilidade ecológica, competitiva e conectada para todos,
- COM(2017) 282 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/1/CE relativa à utilização de veículos de aluguer sem condutor no transporte rodoviário de mercadorias,
- COM(2017)281 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1071/2009 e o Regulamento (CE) n.º 1072/2009 com vista à sua adaptação à evolução no setor,
- COM(2017)280 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à interoperabilidade dos sistemas eletrónicos de portagem rodoviária e que facilita o intercâmbio transfronteiras de informações sobre o não pagamento de taxas rodoviárias na União (reformulação) (Texto relevante para efeitos do EEE),
- COM(2017)275 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 1999/62/CE relativa à aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização de certas infraestruturas à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas;
- COM(2017)279 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à vigilância e comunicação das emissões de CO₂ e do consumo de combustível dos veículos pesados



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.ª SL

novos à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação;

- COM(2017)248 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Desenvolvimento das escolas e um ensino da excelência para um melhor começo de vida E COM(2017)249 - Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO sobre o acompanhamento dos percursos dos licenciados e COM(2017)247 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre uma nova agenda da UE em prol do ensino superior à Comissão de Educação e Ciência;
- COM(2017)239 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Relatório de 2016 sobre a Aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
- COM(2017)261 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO Sétimo relatório sobre os progressos alcançados rumo à criação de uma União da Segurança genuína e eficaz à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e à Comissão de Defesa Nacional;
- COM(2017)260 - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO 12.º Relatório sobre a recolocação e a reinstalação à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;
- COM(2017)237 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO Programa Indicativo Nuclear apresentado em cumprimento do artigo 40.º do Tratado Euratom - Final (após parecer do CESE) à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.^a SL

Uma vez colocadas à votação e discussão, as propostas de deliberações do Grupo de Trabalho foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PCP e do GP do CDS-PP.

3. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) "Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que visa atribuir às autoridades da concorrência dos Estados-Membros competências para aplicarem a lei de forma mais eficaz e garantir o bom funcionamento do mercado interno" - COM(2017)142.

Deputada autora do parecer: Isabel Pires (BE)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - prazo para envio: 19/06/2017

Apresentou o parecer, em substituição da Senhora Deputada autora, o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE).

Interveio o Senhor Deputado Vitalino Canas (PS), mencionando que a opinião do relator suscita questões relevantes sobre a transposição da diretiva e que estavam de acordo com o parecer.

Pediram ainda a palavra os Senhores Deputados Duarte Marques (PSD), referindo que a opinião do relator não é votada e o Senhor Deputado Pedro Mota Soares pedindo o acompanhamento das alterações subseqüentes nesta matéria.

Uma vez submetido a votação, o parecer foi aprovado, registando-se ausência do GP do PCP.

b) "COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Plano de Ação Europeu no



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.^a SL

Domínio da Defesa" - COM(2016)950, objeto de relatório da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e da Comissão de Defesa Nacional.

Deputado autor do parecer: Vitalino Canas (PS)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio

Apresentou o parecer o Senhor Deputado Vitalino Canas (PS).

Pediu a palavra o Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD), felicitando o relatório e focando aspetos relativos ao tema como o apelo a maior transparência e compromissos financeiros na área da defesa, compatibilização com a NATO e questões de ordem orçamental.

Interveio também o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), referindo-se à incoerência da União nesta matéria, a questões intransponíveis e à ausência de resolução de questões sociais, dando mais atenção ao ponto de vista militar, não colmatando os problemas de integração.

O Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) retomou a palavra referindo que concorda genericamente com o que foi dito pelo Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD), colocando também questões quanto às despesas de defesa e a transparência do Plano de Defesa em causa.

Uma vez submetido a votação, o parecer foi aprovado por maioria, registando-se ausência do GP do PCP.

4. Nomeação de Deputados Autores de Pareceres, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) "DOCUMENTO DE REFLEXÃO SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL DA EUROPA" - COM(2017)206 + "COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.^a SL

SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Estabelecer um Pilar Europeu dos Direitos Sociais" - COM(2017)250 + "COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES UMA INICIATIVA EM PROL DA CONCILIAÇÃO DA VIDA PROFISSIONAL E FAMILIAR DE PROGENITORES E CUIDADORES" - COM(2017)252 + "Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar dos progenitores e cuidadores e que revoga a Diretiva 2010/18/UE do Conselho" - COM(2017)253, sinalizadas à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e à Comissão de Trabalho e Segurança Social.

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PS

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - prazo para envio: 28/06/2017

O GP do PS indicou a Senhora Deputada Carla Tavares como autora deste parecer.

b) "Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à criação de um Portal Digital Único para a prestação de informação, procedimentos, serviços de assistência e de resolução de problemas, e que altera o Regulamento (UE) n.º 1024/2012" - COM(2017)256 + "Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece as condições e o procedimento que permitem à Comissão solicitar às empresas e associações de empresas a prestação de informações relacionadas com o mercado interno e domínios conexos" - COM(2017)257, sinalizadas à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PSD

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - prazo para envio: 18/07/2017

O GP do PSD indicou a Senhora Deputada Maria Luís Albuquerque como autora deste parecer.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.^a SL

c) "Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 no que diz respeito à obrigação de compensação, à suspensão da obrigação de compensação, aos requisitos de comunicação de informações, às técnicas de atenuação do risco para os contratos de derivados OTC não compensados através de uma contraparte central, ao registo e supervisão dos repositórios de transações e aos requisitos aplicáveis aos repositórios de transações" - COM(2017)208, sinalizada à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa.

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PS

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - prazo para envio: 19/07/2017

O GP do PS indicou o Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias como autor deste parecer.

5. Discussão do PJR n.º 766/XIII/2 - Regiões Ultraperiféricas (PSD).

Este ponto da reunião foi adiado a pedido do GP do PSD e do GP do PS.

6. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD relativo ao "Atraso na transposição de Diretivas - Comissão Europeia instaura ações judiciais contra Portugal por incumprimento das obrigações que lhes são impostas pelo direito da União Europeia."

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) apresentou o requerimento, esclarecendo que o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros recebeu uma pergunta escrita relativamente a este assunto por parte do GP do PSD, não tendo até ao momento sido recebida qualquer resposta. Referiu ainda que o atraso na transposição das diretivas afeta os direitos dos cidadãos e acarreta custos e processos levantados contra Portugal, tendo este requerimento como objetivo a oportunidade para debater e esclarecer esta situação.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.^a SL

Pediu a palavra o Senhor Deputado Vitalino Canas (PS), reconhecendo a importância da transposição de diretivas mas também a sua sujeição a regras rigorosas, condicionando todos os governos. Referiu que o GP do PS não vê necessidade de ouvir o Senhor Ministro especificamente sobre esta matéria, uma vez que já se encontra agendada uma audição regimental em que pode ser discutido o tema. Focou ainda que esta não é uma matéria que envolve apenas o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Interveio também o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) mencionando que afirmar que a falta de transposição de diretivas lesa os direitos dos portugueses é voluntarista, uma vez que as diretivas podem colocá-los em situações piores do que as anteriores, frisando que se o Ministro vai ser ouvido na Comissão, não se justifica uma audição autónoma, abstendo-se o GP do BE nesta questão.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) demonstrou a concordância com a proposta do GP do PSD, admitindo, no entanto, a possibilidade de poder ouvir o Ministro numa outra audição não específica do tema.

O Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) aludiu ao facto de ser a Ministra da Presidência a coordenar o processo legislativo e não o Ministro dos Negócios Estrangeiros, pelo que o interesse do GP do PS poderá passar por ouvir a Ministra.

Referiu o Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) que o GP do PSD entende que o responsável pela matéria em causa é o Senhor Ministro os Negócios Estrangeiros.

Uma vez submetido a votação, o requerimento foi aprovado com o voto contra do GP do PS e a ausência do GP do BE e do GP do PCP.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.^a SL

7. Aprovação e votação das atas n.º 103, de 9 de maio, n.º 105, de 16 de maio, n.º 106, de 23 de maio e n.º 107, de 24 de maio.

Uma vez colocadas à discussão e votação, as atas n.º 103, de 9 de maio, n.º 105, de 16 de maio, n.º 106, de 23 de maio e n.º 107, de 24 de maio foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do GP do BE e do GP do PCP.

8. Outros assuntos.

Foi dada informação de que se encontram já agendadas as visitas à Agência Europeia para a Segurança Marítima (EMSA) no dia 4 de julho de manhã e ao Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT) no dia 11 de julho de manhã.

Solicitou-se que possam ser indicados por parte dos GP os Senhores Deputados que participarão nestas visitas.

No que se refere aos temas a abordar na visita ao Observatório, solicitou-se também que os mesmos sejam indicados. Até ao momento, apenas o GP do PCP tinha procedido à sua indicação.

A reunião foi encerrada às 17:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 julho 2017.

A PRESIDENTE

(REGINA BASTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 109/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Oliveira
António Cardoso
António Sales
Carla Tavares
Carlos Costa Neves
Duarte Marques
Filipe Anacoreta Correia
Francisca Parreira
Inês Domingos
Maria Luís Albuquerque
Miguel Morgado
Pedro Mota Soares
Regina Bastos
Rubina Berardo
Vitalino Canas
António Ventura
Pedro Filipe Soares
Tiago Barbosa Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Isabel Pires

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
Carlos Pereira
Eurico Brilhante Dias
João Galamba
Moisés Ferreira
Paula Santos